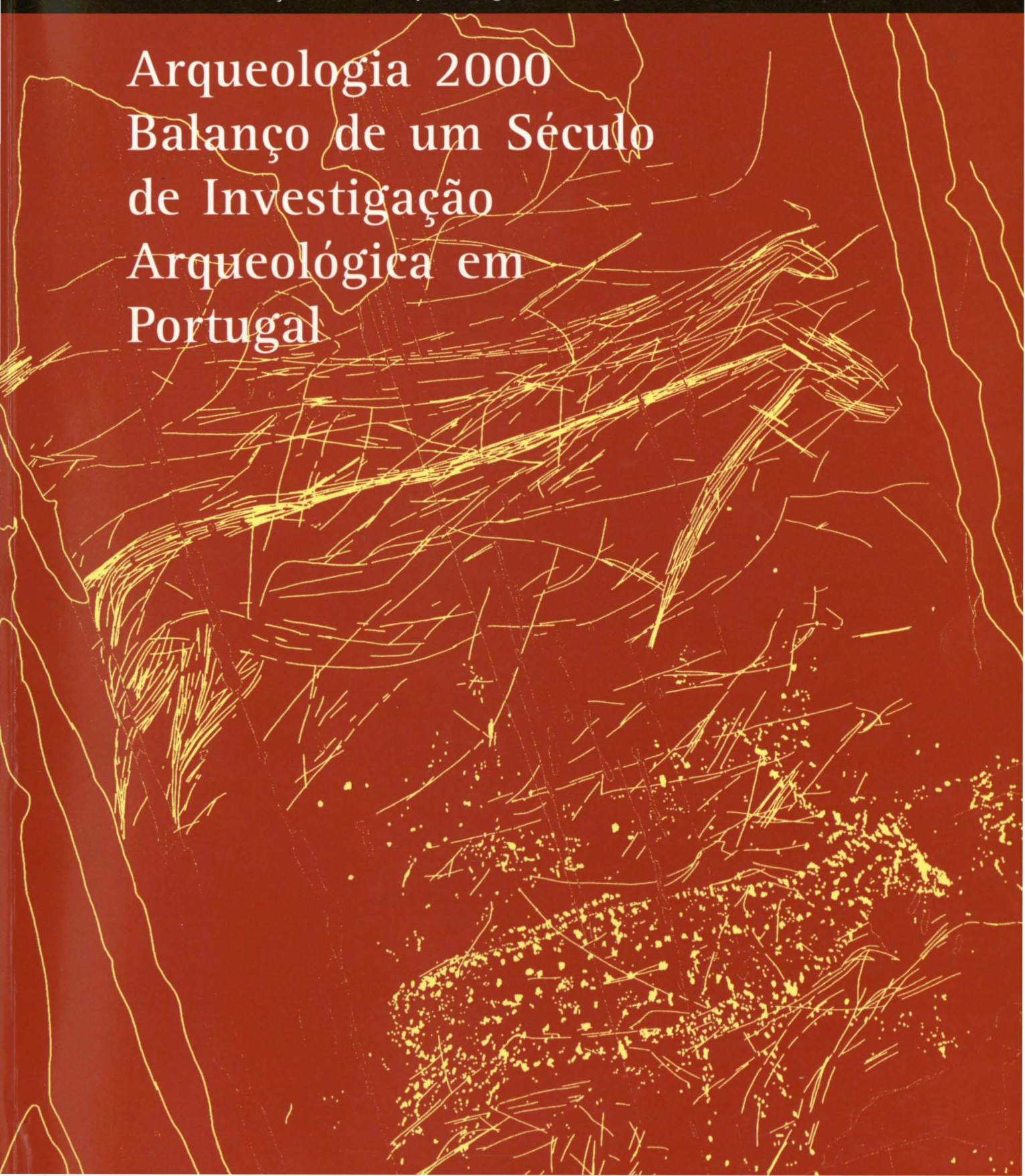


ARQUEOLOGIA & História



Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses | Volume nº54 | 2002

Arqueologia 2000 Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal



Titulo

Arqueologia e História

Volume

54

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, nº 4, 1º direito, 1200-092 Lisboa
Tel.: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Coordenação

José Morais Arnaud

Projecto gráfico

oficina de design Nuno Vale Cardoso & Nina Barreiros
Capa 2.º desenho original de M. V. Gomes

Impressão

Europress – Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
Praceta da República, 15 – 2620-162 Póvoa de Santo Adrião
Tel.: 21 938 14 50 · Fax: 21 938 14 52
e-mail: europress@mail.telepac.pt

Tiragem

1000 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

ISSN

972/9451-39-7

Depósito legal

73446/93

Solicita-se permuta
Exchange wanted

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva
responsabilidade dos respectivos autores

Patrocínio



Um Século de Arqueologia Romana em Portugal

José d' Encarnação

Professor Catedrático,

Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra

Palácio de Sub-Ripas, 3000-395 Coimbra

jde@ci.uc.pt

Não andaremos longe da verdade se considerarmos Leite de Vasconcelos o «pai da Arqueologia Romana» em Portugal. Na sua época, porém, há outros nomes de referência obrigatória: no Norte, Martins Sarmiento e o Abade de Baçal; em Coimbra, Virgílio Correia; na Figueira da Foz, Santos Rocha; em Castelo Branco, Francisco Tavares Proença Júnior; Abel Viana, no Alentejo; Estácio da Veiga, no Algarve...

A vinda a Portugal de Emilio Hübner, em meados do século XIX, para recolher elementos com vista à elaboração do II volume do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (cujo primeiro tomo saiu em 1869, mas o segundo e os aditamentos já na viragem do século) determinaria um interesse maior pelas antigualhas romanas e, um pouco por toda parte, se registam achados, notícias dispersas e começam a surgir – para além d'O *Archeologo Português*, que detém um carácter «nacional» - revistas locais, de associações entretanto criadas, como é o caso, entre vários outros, da *Revista de Guimarães*, que se tornam verdadeiros foros de discussão científica, motivando intensa troca de correspondência.

Poderíamos chamar a esse período, que se prolongará, com características idênticas até praticamente ao pós-guerra, o período «da grande curiosidade».

Os «arqueólogos» nacionais são um pouco de tudo, à imagem de Leite de Vasconcelos: etnógrafos, pré-historiadores, linguistas, antiquários, colecionadores, epigrafistas, numismatas... E tanto tratavam do Paleolítico como de epitáfios paleocristãos ou de fortalezas medievais. Até fazem escavações, quando algo de mais importante surge, mas desses trabalhos pouco mais nos resta, hoje, que os materiais exumados, sem contexto, sem notas explicativas...

Mas essa «grande curiosidade» revestiu-se, para nós, de importância vital, porque de tudo iam dando miúda conta (à sua maneira) em jornais, em revistas; e os materiais davam entrada em museus entretanto criados, também com o espírito de então. E ficámos a saber muito de inúmeras *villae* do Alentejo e do Algarve (com especial destaque, permita-se-me, para Milreu, o aijesus de Estácio da Veiga, e para a Quinta de Marim, onde também andou Santos Rocha); de achados avul-

sos; de cidades como *Conimbriga*, *Mirobriga*, a Évora («do templo de Diana»), a Beja (que fora *Pax Iulia*, não havia dúvida)... De Faro se discutia ter sido *Ossonoba*; de Braga havia vestígios mas não se ousava ir muito além, o mesmo (parece) acontecendo em Lisboa e em Coimbra. De *Ammaia* sabiam-se as inscrições, as referências antigas, suspeitava-se da localização. Os conhecimentos sobre Tróia já vinham do antigamente e sempre despertaram vivo interesse, até porque o próprio nome vestia o manto fantasioso da lenda entretecida de história...

A ida de Manuel Heleno para director do Museu de Belém, se não trouxe significativo alento aos trabalhos de Arqueologia Romana, potenciou a tal curiosidade e outras muitas *villae* são alvo de intervenção. Torre de Palma, por exemplo. Mas de Manuel Heleno sabemos já todos o bastante. Ou melhor, não sabemos.

À frente do Museu – ainda então chamado de «Etnológico do Doutor Leite de Vasconcelos» – D. Fernando de Almeida foi, para além do docente, o entusiasta e o criador de uma «escola». A ele se ligará para sempre Idanha-a-Velha, sobre cujo espólio epigráfico fez tese de licenciatura; a ele se deve o grande incremento dado aos trabalhos em Santiago do Cacém e em Tróia; o renovado interesse por S. Miguel de Odrinhas (depois de Joaquim Fontes); o relançar da Associação dos Arqueólogos Portugueses... Mas D. Fernando foi, sobretudo, o Mestre e, mesmo que nem sempre de acordo com ele, houve, desde logo, um conjunto de estudantes (todos os que quiseram, diga-se) que prontamente dele recebeu incondicional apoio, incentivo enorme. A essa geração pertencemos e disso nos orgulhamos.

Como director do Museu, aproveitou – e muito bem – a vinda para Portugal de Scarlat Lambrino: deu-lhe luz verde no sentido de estudar e reorganizar a epigrafia romana nacional. Deve-se a este investigador romeno – que chegou a ser, embora, infelizmente, por pouco tempo, docente na Faculdade de Letras de Lisboa – o grande incremento que tiveram os estudos epigráficos romanos entre nós, porquanto se encaminhou para uma reflexão inovadora sobre divindades indígenas (Trebaruna, Endovellicus); elaborou o primeiro catá-

logo das inscrições do Museu de Belém (ainda que publicado postumamente n' *O Arqueólogo Português* e sem o auxílio da fotografia – que Scarlat Lambrino teve o cuidado de tudo minuciosamente desenhar, o que tem sido de extraordinária utilidade) e o catálogo do Museu de Odrinhas. Pela primeira vez, uma reflexão a partir da epigrafia foi apresentada em congressos internacionais.

Recorde-se, a propósito, que datavam da década de 40 os primeiros *corpora* de inscrições: Abel Viana reunira em separata do *Arquivo de Beja* as inscrições lapidares do Museu de Beja; em Lisboa, Vieira da Silva publicava, em 1944, o primeiro (e, infelizmente, único até ao presente) *corpus* das inscrições de *Olisipo*.

As décadas de 50 e 60 são, pois, a transição entre a «curiosidade» e a «ciência plena» com todas as implicações que, por exemplo, uma escavação sistemática acarreta, deve acarretar – e que não vem ao caso mencionar aqui. Começam, por exemplo, as primeiras revisões de epígrafes, nomeadamente da iniciativa de Justino Mendes de Almeida e Fernando Bandeira Ferreira; mais tarde, o talento de D. Domingos de Pinho Brandão.

E se, no Porto, a Arqueologia estava mais virada para o então chamado «mundo castrejo», o mais visível, o mais próximo, o mais «adequado», por seu turno, a proporcionar um discurso sobre Celtas, celtização, fundas ligações com a Europa Central, com a «raça ariana» – que esse era um discurso, como se sabe, de importância primordial para a época... – e, na Faculdade de Letras, a Arqueologia Romana bastante ligada à História da Arte (daí, que o malogrado e sempre saudoso Carlos Alberto Ferreira de Almeida, por além do «castrejo», se tenha encaminhado para a História da Arte Medieval), seria em Coimbra, na sequência da actividade de Virgílio Correia em Conimbriga, que a Arqueologia Romana registaria importante salto qualitativo, na década de 70.

Já tínhamos, entre nós, ampla colaboração com a escola alemã (através do Instituto Arqueológico Alemão, cujo recente encerramento nunca será de mais lamentar); mas, salvo a notável actividade, mais recente, de Theodor Hauschild em Milreu e em Évora (Hauschild viria a introduzir a visão do arquitecto-arqueólogo no

estudo e interpretação dos monumentos, uma «simbiose» rara e dificilmente atingida), os campos de actualização dos investigadores do DAI foram, sobretudo, os da Pré e da Proto-História. Em Conimbriga, a colaboração com a Mission Archéologique Française au Portugal, da Universidade de Bordéus, viria, pois, a dar excelentes resultados. Primeiro, porque se apostou num programa a médio prazo, com objectivos bem definidos: pôr a descoberto a parte monumental da cidade; depois, porque as campanhas foram regulares e sistemáticas; finalmente, porque, num tempo ímpar, se deram a conhecer os resultados, nos sete volumes das *Fouilles de Conimbriga*, que constituem, ainda hoje, um modelo de publicação no seu género a nível internacional.

Conimbriga passou a ser, em consequência, o alvo das atenções mundiais e isso acabaria também por despertar um certo «bairrismo», passe a expressão, no resto de Portugal. Na verdade, Conimbriga era importante, mas... e *Olisipo*, *Ebora*, *Pax Iulia* (que até fora capital de *Conventus...*), *Scallabis* (onde ficava?), *Aeminium*, *Bracara Augusta*?

E foi todo um programa de Arqueologia Urbana que começou a desenvolver-se. De emergência, correspondendo ao gigantesco surto urbanístico das décadas de 70 e 80. De prospecção sistemática, obedecendo a objectivos definidos, como em Alcácer do Sal.

Depois de Conimbriga, veio S. Cucufate: um «itinerário rural». Urgia saber de vez como era as *villae* do Sul de Portugal – das quais se conhecia, a maior parte das vezes, apenas a casa senhorial, incompletamente escavada... E a *pars rustica*? Por outro lado, houvera *latifundium* ao tempo dos Romanos? Como fora, afinal, organizado o *territorium*? Em torno duma colónia como *Pax Iulia* houvera, na verdade, uma centurição, uma atribuição organizada de lotes de terras aos colonos?

Aliás, a noção de «território» começara, de novo, a ganhar importância a nível da investigação – porque o ganhava também a nível político mundial.

S. Cucufate escavou-se na sua totalidade; os resultados foram publicados. Afinal, a *villa* áulica do século IV encobria a do século II e uma inicial, do séc. I, e, de resto, também por ali existiam vestígios de anterior ocupação – como acontecera em Conimbriga...

E começaram-se a olhar as *villae* com outros olhos. Freiria, em Cascais, por exemplo, viria demonstrar que o esquema sequencial de ocupação identificado em S. Cucufate também era válido para a região do *ager Olisiponensis*. E pôs-se em causa a noção de «crise do século III»: crise? Como? Onde?

Cidades dos vivos postulavam «cidades» dos mortos. Depois do estudo exaustivo, também pela equipa de Coimbra, da necrópole de S. André, Helena Frade descobre a Laje do Ouro, no Crato, e a Epigrafia funerária começa definitivamente a ser o apoio íntimo da Arqueologia e da História Antiga.

A possibilidade que o 25 de Abril proporcionou de se modernizarem os cursos universitários veio permitir, por exemplo, que, em Coimbra, disciplinas como a Epigrafia e a Numismática – que, até esse momento, como meras «ciências auxiliares» da História, tinham sido relegadas para a categoria (então) inferior de cadeiras semestrais – passassem a ter o estatuto de cadeiras anuais, de frequência quase obrigatória. E os resultados não se fizeram esperar: aumentou substancialmente o número de artigos exclusivamente sobre Epigrafia nas revistas da Arqueologia nacional. Inúmeras inscrições novas se descobriram e se deram a conhecer através da publicação regular do *Ficheiro Epigráfico*, a partir de 1982.

E se a tese de Jorge Alarcão sobre a cerâmica comum local de Conimbriga fora a primeira tese de doutoramento sobre temática exclusivamente arqueológica, a partir da década de 80, assiste-se a um incremento da investigação nesses domínios – de que hoje estamos a colher os frutos.

A nível do ensino, a Arqueologia, a Epigrafia e Numismática gozam hoje de importante estatuto inclusive nas universidades privadas e a Universidade do Minho cedo incluiu uma Unidade de Arqueologia particularmente voltada para o «salvamento de *Bracara Augusta*».

Terminaria com um aparente *fait divers*, a meu ver bem significativo: se na exposição de Roma sobre a Hispânia Romana, inaugurada, em Setembro de 1997, por ocasião do Congresso Internacional de Epigrafia Grega e Latina, Portugal esteve representado com a maquete do fórum de Conimbriga e pouco mais, na

recente exposição (1999) *Hispania – El Legado de Roma*, que obteve retumbante êxito em Saragoça, Madrid e Mérida, a Arqueologia Romana portuguesa esteve representada, de pleno direito, e com as suas peças mais significativas.

Ou seja, a concluir: Portugal já ganhou hoje um estatuto de maioridade, a nível europeu e mundial, no que à Arqueologia Romana diz respeito. A pronta adesão às vantagens da Internet, com a criação de revistas (como o *Cyberarqueólogo Português*, uma das primeiras a nível mundial); a constante solicitação da presença dos nossos investigadores em reuniões científicas internacionais; as inúmeras solicitações de estudantes de universidades europeias (no âmbito do programas ERASMUS) para virem passar um período de estudos em Portugal, sob orientação de investigadores portugueses; a inclusão de arqueólogos nacionais nos conselhos editoriais de revistas estrangeiras da especialidade e no corpo de consultores para apreciação de projectos de craveira internacional – são provas bastantes de que detemos, neste dobrar de milénio, uma responsabilidade acrescida, de que todos – universidades, associações profissionais e de defesa do património e, sobretudo, os competentes órgãos governamentais – devem ter plena consciência.

Até porque – *last but not least* – nesta «aldeia global» em que se estão a potenciar as individualidades, a dignificar o que distingue, a musealização dos sítios assume papel preponderante para a atracção de visitantes. Que o turismo cultural, mormente o turismo arqueológico, queiramos ou não, é, na conjuntura presente, uma aposta segura. Irreversível. E a redescoberta da sempre proclamada importância de *Ammaia* detém, nesse contexto, para além do mais, o valor de um símbolo.

Apêndice bibliográfico

Atendendo ao carácter 'ensaístico' que dei à minha intervenção, não se justificavam notas de rodapé. Cumpre, no entanto, em apêndice, referir – ainda que em texto corrido e muito sumariamente – algumas das obras que, neste domínio, em meu entender são pas-

síveis de considerar-se significativas e que, por outro lado, poderão servir de apoio para quantos sobre este assunto se quiserem debruçar.

Direi, em primeiro lugar, que já dispomos de bibliografias susceptíveis de fornecer, se não toda, pelo menos parte substancial da informação necessária.

Referirei como mais completa a série, da responsabilidade de Eduardo Pires de Oliveira e publicada pelo Departamento de Arqueologia do então Instituto Português do Património Cultural (depois IPPAR), sob o título *Bibliografia Arqueológica Portuguesa*, em que se indicam, por autores e com carácter bastante exaustivo, os textos publicados em Portugal ou de autores estrangeiros sobre a Arqueologia nacional, desde a pré-histórica à romana. O volume relativo às publicações saídas entre 1935 e 1969 foi editado em 1984, seguindo-se, em 1985, o da década de 70 (1970-1979) e, em 1993, o que se refere ao período entre o séc. XVI e 1934. Uma empresa que muito gostaríamos que tivesse continuidade.

Para os anos mais recentes (1974-1994), o *Reperitório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa*, editado em 1995 pelo Instituto Camões e pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, também inclui títulos da autoria de arqueólogos, embora, obviamente, nem sempre a História Antiga se dissocie – ou possa dissociar – da temática arqueológica clássica propriamente dita.

No âmbito da sua colaboração com as várias entidades da Península Ibérica, o Centre Pierre Paris da Universidade de Bordéus III reuniu num único volume (*Histoire et Archéologie de la Péninsule Ibérique Antiquité*, Paris, 1993) as crónicas quinquenais que, de 1968 a 1987, foram sendo publicadas na *Revue des Études Anciennes* daquela universidade. Organizada por temas e dotada de bons índices, essa obra constitui importante repositório (cf. *Conimbriga* 37 1998 293-295). Também esta iniciativa mereceria continuidade.

Se os volumes II e III das *Religiões da Lusitânia* de Leite de Vasconcelos, publicados em 1905 e 1913, respectivamente, se revelam, apesar do título à primeira vista limitativo, fecundo manancial de informação acerca dos vestígios arqueológicos romanos no nosso País, foi,

como se sabe, Vergílio Correia o primeiro a tentar, na vulgarmente designada *História de Portugal* de Barcelos (Portucalense Editora), dirigida por Damião Peres, escrever um capítulo de síntese que intitulou «O domínio romano»: vol. I, 1928, 215-290.

Caberia a Jorge Alarcão a síntese seguinte: o *Portugal Romano*, da Editorial Verbo, que, desde 1974, tem conhecido sucessivas reedições. Aproveitando a sua licença sabática, lançou-se J. Alarcão na elaboração de um inventário o mais possível exaustivo dos vestígios romanos de que havia notícia no território português. Desse notável esforço nasceu o *Roman Portugal* (Warminster, 1988), em dois volumes, sendo o primeiro de introdução e síntese. – que Publicações Europa-América viriam a editar, nesse mesmo ano, com o título *O Domínio Romano em Portugal* – e o II, bilingue e em três fascículos, enumerando e cartografando, de Norte a Sul, com brevíssima nota explicativa, os vestígios conhecidos, mesmo os vagamente conhecidos (cf. recensão no vol. V da *Homenaje a José M^o Blázquez*, Ediciones Clasicas, Madrid, 1998, p. 133-146).

É precisamente na sequência desse trabalho que surge a ideia de novas sínteses se publicarem, integradas agora em novas histórias de Portugal, postuladas pelo desenvolvimento da investigação histórica em todos os períodos, tendo em conta que as duas obras de vulto nesse âmbito haviam surgido ainda antes Revolução de Abril de 1974, com todas as dificuldades que entravavam a escrita nesses tempos totalitários: a *História de Portugal desde os Tempos Mais Antigos até ao Governo do Sr. Marcelo Caetano*, «manual para uso de estudantes e outros curiosos por assuntos do passado pátrio», do Prof. A. H. de Oliveira Marques, em dois volumes (Edições Ágora, Lisboa, 1972, e Palas Editores, Lisboa, 1973, respectivamente); e o *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão (Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971) em quatro volumes.

No âmbito da *História da Arte em Portugal*, de Publicações Alfa (em fascículos), já o volume 1 (1986), da responsabilidade de Jorge de Alarcão, incluíra capítulos de síntese sobre a arquitectura (Jorge de Alarcão), o mosaico (J. M. Bairrão Oleiro) e a escultura romana (Vasco de Souza). No entanto, serão as três histórias

de Portugal surgidas nos primórdios da década de 90 que apresentarão as sínteses mais alargadas.

Assim, Joel Serrão e Oliveira Marques metem ombros à publicação, pela Editorial Presença, de uma *Nova História de Portugal*, cujo volume I – *Portugal das Origens à Romanização* – publicado em 1990, é coordenado por Jorge de Alarcão, que partilha com José d'Encarnação a assinatura dos capítulos que se prendem com a época romana.

Sob direcção de José Mattoso, a Editorial Estampa segue iniciativa idêntica e o primeiro volume da *História de Portugal* chama-se *Antes de Portugal* (1993), cabendo a Carlos Fabião a responsabilidade do capítulo «O passado proto-histórico e romano» (p. 76-299).

Do que conheço da *História de Portugal dos Tempos Pré-históricos aos Nossos Dias*, dirigida por João Medina e editada por Ediclube, o volume II (1993) tem por título «O mundo luso-romano», que versa a Idade do Ferro e a ocupação romana e integra diversos capítulos, quase em jeito de dicionário temático («as *util-lae*», «os materiais e técnicas de construção romanas», «o mosaico romano em Portugal», «a cerâmica comum»...), integrando como colaboradores, sob a coordenação de Victor S. Gonçalves: Ana Margarida Arruda, José Carlos Caetano, António Carvalho, Carlos Fabião, A. Marques de Faria, Helena Frade, Amílcar Guerra, Vasco Mantas e Jeannette U. Smit Nolen.

Também a Arqueologia e a História Antiga conheceram nos finais da década de 90 um novo surto, nomeadamente por se ter verificado quanto – perante a avassaladora globalização – elas poderiam servir para testemunhar identidades. Ora isso fez com que se comesse a debater o problema da historiografia, ou seja, como é que, ao longo dos tempos, a época romana fora encarada, como reflexo das ideologias reinantes. Desta sorte, organizou-se, em Novembro de 1990, na Universidade do País Basco, um curso sobre «Estudios Clasicos e Historiografia Moderna», de que o volume *Estudios sobre Historia Antigua e Historiografia Moderna* (Vitoria, 1994) oportunamente se fez eco (cf. recensão in *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Lisboa, 1996, p. 153-162). Entre nós, Carlos Fabião tem assinado ultimamente diversos trabalhos

nesse âmbito, dos quais podemos salientar: «Percurso da Arqueologia Clássica em Portugal: da Sociedade Archeologica Lusitana (1849-1857) ao moderno projecto de Conimbriga (1962-1979)», in *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*, Málaga, 1997; e «Um século de Arqueologia em Portugal – I», *Al-madan* 8 1999 86-108.

Outra consequência foi, sem dúvida – dentro, aliás, de uma nova perspectiva museológica dada ao Museu Nacional de Arqueologia –, a realização de grandes exposições temáticas, bem acompanhadas da edição de preciosos catálogos, em que a síntese foi, de novo, a palavra de ordem. Encetou a série, em 1989, *Portugal das Origens à Época Romana*. Em 1994 (de 26 de Fevereiro a 31 de Dezembro), por ocasião de Lisboa «Capital Europeia da Cultura», *Lisboa Subterrânea* foi pretexto também para se abordar a arqueologia romana olisiponense (p. 58-79), de que o volume 3 (1994) de *Al-madan* depois faria importante recensão. Em 1997, *Portugal Romano – A Exploração dos Recursos Naturais* viria a constituir também relevante momento de reflexão e panorâmica.

Chegou a pensar-se numa outra exposição sobre a Arqueologia do Algarve. Não foi possível concretizá-la. No entanto, da sua intenção ficou o catálogo *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar* (IPPAR, Lisboa, 1997), onde, pela pena de diversos especialistas, se apresenta o ponto da situação acerca da investigação sobre o Algarve na época romana.

Tudo isso fará com que, na já referida grande exposição que, em 1998 e 1999, decorreu na vizinha Espanha, estejam representadas as mais significativas peças romanas exumadas em território português e disso dê conta o volumoso catálogo *Hispania – El Legado de Roma*, que teve colaboração de arqueólogos portugueses.

O que atrás fica dito – com a abundante bibliografia que veiculam as obras citadas – e o que se pode buscar nas bibliografias sob o nome dos arqueólogos mencionados bastaria para se ficar com uma ideia exacta do que foi este século de Arqueologia Romana em Portugal. Acrescentemos, porém, ainda que em traços muito gerais, alguns apontamentos temáticos.

Sobre as investigações nas várias cidades romanas, para além do que já se disse sobre *Olisipo*, importa frisar que *Bracara Augusta* tem permanente equipa a trabalhar no chamado «Salvamento de Bracara Augusta», de que, por exemplo, os *Cadernos de Arqueologia* regularmente publicados pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho se fazem eco. *Aquae Flaviae* tem, nos dois volumes publicados pela Câmara Municipal de Chaves (1997), da autoria de António Rodríguez Colmenero, uma completa panorâmica da sua epigrafia e do seu tecido urbanístico. *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses) foi alvo da tese de doutoramento de Lino Tavares Dias, editada pelo IPPAR em 1997. Os sete volumes das *Fouilles de Conimbriga* (Paris, 1974-1978) dão miúda conta dos resultados obtidos pelas escavações luso-francesas aí realizadas a partir da década de 60. Das outras cidades há estudos parcelares – tanto no que diz respeito a relatos de intervenções arqueológicas como, por exemplo, ao espólio epigráfico, publicado na totalidade: recorde-se, a título de exemplo, a obra de D. Fernando de Almeida sobre a *civitas Igaeditanorum* (*Egitânia, História e Arqueologia*, Lisboa, 1956) ou o artigo de D. Domingos de Pinho Brandão sobre a epigrafia coliponense (*Conimbriga* 11 1972 41-192). *Ebora* e *Pax Iulia* (Beja) têm sido alvo, além do mais, de inúmeros trabalhos no âmbito da carreira académica universitária, a nível de mestrado e de doutoramento, que muito em breve se verão publicados em letra de forma (lembro, a título de exemplo, o de Maria da Conceição Lopes, em vias de conclusão, na sequência de trabalhos arqueológicos no perímetro urbano da *civitas*). *Balsa* teve em Jeannette U. Smit Nolen a persistente investigadora do seu espólio cerâmico, vítreo e metálico (publicação do Instituto Português de Museus em 1995).

E também neste domínio se encetaram já sínteses para o grande público, mormente através da colecção *Roteiros da Arqueologia Portuguesa* (trilingues), editada por iniciativa dos organismos que, no Ministério da Cultura, têm superintendido à Arqueologia: o nº 2 (1989) foi dedicado a *Conimbriga*; o nº 3 (1990) a *Mirobriga*. Salette da Ponte escreveria a monografia de *Sellium – Tomar Romana* (1989) e Jorge de Alarcão debruçar-se-

ia, em 1999, sobre uma Conimbriga vivida escrevendo *Conimbriga – O Chão Escudado* (Edicarte, Funchal/Lisboa), um hino à 'humanização' de um sítio arqueológico.

Da *villa* de S. Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira) temos exaustivo relatório nos dois densos volumes *Les Villas Romaines de S. Cucufate (Portugal)*, (Paris, 1990), da responsabilidade de J. Alarcão, R. Étienne e F. Mayet, tendo Jorge de Alarcão assinado, em 1998, uma excelente síntese sobre o «génio» deste sítio (o nº 5 dos referidos *Roteiros da Arqueologia Portuguesa*); e doutras *villae* romanas, como Rabaçal (Penela), Freiria (Cascais), Pisões (Beja), Milreu (Faro), Vila Moura (Quarteira, Loulé), etc., há projectos de musealização e estudo dos materiais.

Ganha, aliás, corpo uma Arqueologia «espacial», entendendo por este termo a dinâmica que, ao longo do tempo, se estabelece entre o Homem e o espaço em que se movimenta. As teses de doutoramento de Maria Manuela Martins, da Universidade do Minho, sobre o Vale do Cávado, e de Francisco Sande Lemos sobre Trás-os-Montes são disso um bom exemplo, a que se pode juntar a já referida investigação de Maria da Conceição Lopes em torno de Beja e designadamente em Serpa (*Arqueologia do Concelho de Serpa*, Serpa, 1998).

E se os estudos epigráficos sofreram, a partir da década de 70, um surto importante, de que podem ser considerados reflexos a tese *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, de José d'Encarnação (Coimbra, 1984), e a regular publicação, a partir de 1982, do *Ficheiro Epigráfico*, suplemento de *Conimbriga* expressamente dedicado a dar a conhecer as inscrições romanas inéditas, o certo é que também a Numismática – com Mário Hipólito e a obra de Rui Centeno (*Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto, 1987) e, há poucos meses, de Milagros Sienes Hernando (*As Imitações de Moedas de Bronze do Século IV d. C. na Península Ibérica: o Caso do Ae2 Reparatio Repub*, Trabalhos de Arqueologia 3, IPA, Lisboa, 2000) –, a escultura (*Corpus Signorum Imperii Romani – Portugal*, de Vasco de Souza, Coimbra, 1990), os mosaicos (trabalhos de Tatiana Resende, de Janine Lancha...), as cerâmicas... – têm sido minuciosamente reexaminados em face das novas metodologias.

E que me seja permitido deixar para o final a obra, em dois volumes, de J. M. Bairrão Oleiro sobre os mosaicos da Casa dos Repuxos de Conimbriga (Conimbriga, 1992), integrada no *Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal*: é que o Prof. Bairrão Oleiro, recentemente desaparecido do nosso convívio, foi mais do que o estudioso dos mosaicos, foi mais do que o docente da Universidade de Coimbra que instilou em muitos discípulos o gosto pela Arqueologia (tal como, em Lisboa, o foi, no seu tempo, D. Fernando de Almeida): Bairrão Oleiro foi, nas instituições do Estado em que sucessivamente se integrou, o defensor intransigente da validade do espólio arqueológico português; pela Arqueologia e sua institucionalização terçou armas sem trégua e com muita diplomacia. Inclino-nos, saudosos, sobre a sua memória.

